

Redacção, Administração e Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA - PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Oficinas de Imprensa e Esteriotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-
feiras - Não se devolvem os originais - Dos
artigos publicados são responsáveis os seus
autores.

PREÇO 30 CENTAVOS - ANO VIII - N.º 2355

500 FAMILIAS NA MISERIA!

A "nova era de trabalho" inicia-se tirando o trabalho e o pão a quem os tinha para aumentar a miséria do operariado

A edilidade militar entrou no que ela classifica de regime de economias. E tomou logo de comêço uma resolução odiosa: despedir quinhentos operários do município. Quinhentas famílias que viviam mal, vão ser agora arremessadas à fome. Quinhentos homens válidos vêm de um momento para o outro, ficar na inactividade, nesta época em que é dificílimo obter trabalho devido à crise que se atravessa.

É mas que espécie de economia faz a Câmara com tais medidas odiosas e absurdas? Setecentos contos. Num país onde só o exército pesa no orçamento com a absorção de cerca de duzentos mil contos, despedem-se para efeito de economias quinhentos operários que, não saíndo da miséria, ganhavam setecentos contos.

Mas pergunta-se: a Câmara não necessita de operários? Necessita. Pergunte-se à população de Lisboa que vive em casas onde não há vistorias camarárias, que atravessa as ruas que não são regadas e onde o pô é tão denso que se pode cortar à faca, e cujos pavimentos são imperfeitos e mal cuidados como os das aldeias, se há ou não muito que fazer. Quando se fala em melhoramentos urgentes na cidade, para os quais é necessário pessoal, quando se reclamam medidas sanitárias que não passam de utopias, é que a edilidade militar, composta por elementos dessa casta que subiu ao poder para iniciar "uma era de prosperidade e de progresso" se lembra de despedir os operários que são

necessários a todos êsses trabalhos que são imprescindíveis.

Quando há dias uma comissão delegada da Federação da Construção Civil apresentou ao governo uma série de medidas tendentes a atenuar a crise de trabalho, o presidente do ministério acolheu-a com urbanidade e mostrou-se interessado em solucionar o grave problema.

A atitude da edilidade militar, porém, lançando na miséria meio milhar de operários, contradiz em absoluto a alegada boa vontade dos homens da actual situação em resolver o problema da crise de trabalho.

Enquanto no estrangeiro o Estado, mesmo com prejuízo das suas receitas, emprega o melhor do seu esforço em não agravar a crise de trabalho, chegando, como o inglês, a dar subsídios aos desempregados, em Portugal, instituições oficiais como a Câmara, provocam a crise, arremessam quinhentos homens à rua, sem a menor consideração pela situação deplorável em que vão ficar.

E' desta forma que os actuais dirigentes do país se querem tornar simpáticos e firmar o seu prestígio administrativo e político. E' assim que se inaugura a nova época de trabalho.

LA NOVELA SOCIAL

LA LOCA VIDA

E' o título do n.º 10 da interessante coleção de novelas que se publicam em língua espanhola sob o título genérico de *Novela Social*, encontrando-se à venda na nossa administração ao preço de \$60. Pelo correio \$70.

INQUALIFICAVEL!

A população de Lisboa, durante alguns meses, alimentou-se com carne de gado bovino que se encontrava em estado agónico

O que sobre o assunto nos disse o vereador do pelourinho dos Matadouros

Há dias, pela capital, começaram correndo a versão de que a vereação que se finou tinha feito uma aquisição de gado exótico em estado agónico, que a população ingenuamente como bom. Completava essa versão o informe de que os responsáveis dessa monstruosidade eram a Comissão de Abastecimentos de Carnes e a Direcção do Matadouro Municipal.

Tão delicado era este caso que resolvemos não curar por informações e ir investigar toda a verdade.

Nesse desejo dirigimo-nos à Comissão Administrativa da Câmara Municipal por esta a entidade com competência para tratar do assunto visto estar em trânsito uma sindicância à referida Comissão de Abastecimentos e ao pessoal superior do Matadouro Municipal que servia à data da nomeação da actual comissão administrativa do município.

* * *

Entrevistámos hoje um vereador que é tarefa bastante difícil. A redução do pessoal camarário e a extinção dos mercados ao ar livre levam diariamente uma multidão de desabrigados aos Paços do Concelho a reclamar tratar aquelas medidas.

Por esse facto as escadarias do município estão sempre pejadas de pessoas, que dificultam o acesso ao jornalista.

Todavia, transposta aquela mole humana, conseguimos chegar ao gabinete da presidência da Câmara Municipal onde o coronel Vicente Freitas nos recebeu amavelmente.

Porém, o presidente da Comissão Administrativa não podia informar-nos: só trataria de assuntos respeitantes à secretaria geral. Só o vereador do pelourinho dos Matadouros, dr. Filipe Maria Caiola, podia fazê-lo.

E foi a este vereador que arriscámos a pregunta inicial da entrevista:

V. ex.º pode informar-nos o que há de errado na aquisição de gado impróprio para consumo?

O dr. Filipe Caiola, depois de uma leve contracção lisoníomica, responde-nos:

Toda a verdade a propósito desse grave caso ainda não posso revelar em virtude de não estar concluída a sindicância ordenada pela comissão administrativa de que faço parte.

Mas v. ex.º já conhece alguma coisa dessa sindicância...

Sim, confesso. Mas ainda não é tudo, ainda não é o bastante para o vereditum que se impõe dar...

E o nosso entrevistado parecia não disposto a dizer mais. Porém, acto continuo, qual metamorfose, o dr. Filipe Caiola, num tormento de palavras, revelou-nos, então, todo o gravíssimo caso. Ei-lo:

Em 1925 a Comissão de Abastecimentos de Carnes fez a aquisição de 20.000 cabeças de gado bovino. Essa aquisição, a todos os títulos infeliz, deu à Câmara um "deficit" de 4.335 contos. Além deste inconveniente, a grande maioria desse gado não reúnia condições sanitárias para ser abatido.

E o que resolvem a Comissão de Abas-

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA



Director: JOSE S. SANTOS ARRANHA
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO
GERAL DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional
dos Trabalhadores
Assinatura: Incluindo o suplemento se-
manal, Lisboa, mês 950; Província, 3 me-
ses 2850; África Portuguesa, 6 meses
6000; Estrangeiro, 6 meses 10250
PAGAMENTO ADIANTADO

QUINTA FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 1925

ANGOLA E METRÓPOLE & BANCO DE PORTUGAL

O Banco de Portugal está cada vez mais comprometido e a Justiça, desvairada na sua defesa, pratica as mais revoltantes barbaridades

O órgão do Banco emissor anunciou ontem publicamente que estavam sendo fabricadas notas que, afinal, também foram encomendadas por intermédio de Alves Reis, como as de 500 escudos, chapa "Vasco da Gama".

O escândalo atinge o seu apogeu!

está certo, inexoravelmente certo. Demonstramos, apontando o *Diário do Governo* e citando a opinião insuspeita de alguns dos que por interesse ou cobardia se calam neste momento, que os dirigentes do Banco de Portugal veem desde há muitos anos lançando clandestinamente no mercado milhares e milhares de notas falsas. Expliquem as razões mesquinhas da campanha do *Século* contra o Angola e Metrópole. Puzemos todo esse jôgo a descoberto.

E agora, por mais que queiram torcer os, os factos, inexoráveis, confirmam em absoluto as nossas revelações. Dissemos que todo o empenho da justiça e da imprensa que a apoia é tecer uma espessa teia de mentira e de crime para cobrir os inocentes governadores do Banco de Portugal.

Mas, no meio de toda a confusão propostamente preparada pelos defensores da moral avariada da sociedade burguesa, uma voz se ergue e fala claro a linguagem da verdade: *A Batalha*. O que ela disse no comêço é o que manteve, é o que se confirma. A cadeia de interesses que se forjou em torno desta questão nacional das notas de quinhentos escudos desfazem-na só, elo por elo. E não houve ainda um único desses homens honrados que nos desmentisse. E não apareceu um único dos que pertencem à categoria dos *insuspeitos* que, de provas na mão, tivesse a coragem de proclamar: "A Batalha mentiu".

Não mentimos. Tudo quanto dissemos está certo, inexoravelmente certo. Demonstramos, apontando o *Diário do Governo* e citando a opinião insuspeita de alguns dos que por interesse ou cobardia se calam neste momento, que os dirigentes do Banco de Portugal veem desde há muitos anos lançando clandestinamente no mercado milhares e milhares de notas falsas. Expliquem as razões mesquinhas da campanha do *Século* contra o Angola e Metrópole. Puzemos todo esse jôgo a descoberto.

E agora, por mais que queiram torcer os, os factos, inexoráveis, confirmam em absoluto as nossas revelações. Dissemos que as notas não haviam sido falsificadas, mas sim clandestinamente encomendadas pelo Banco de Portugal à casa Waterlow & Sons. Um dos intermediários desse negócio era o Banco de Angola e Metrópole. Existem contratos neste sentido firmados entre Alves Reis e Inocêncio Camacho, entre o Angola e Metrópole e o Alves Reis. E tinham razão no que afirmávamos.

Alves Reis, quando interrogado na Penitenciária, para a promunir, juntou ao processo, como ontem referimos, o *fac-simile* de um outro contrato para a emissão de novas notas, de chapa Marechal Saldanha e Visconde de Seabra, respectivamente de 500 e 1.000 escudos, bem como os *fac-similes* das notas. E, caso curioso, o *Século*, o tapa-costas do Banco de Portugal, noticiou ontem apressadamente que estas notas

SOMA E SEGUO

As vendedeiras de frutas que estacionavam em redor da Praça da Figueira foram proibidas de exercer ali o seu comércio

Uma Indelicadeza da comissão administrativa da Câmara

Decididamente, a comissão administrativa está apostada em reduzir à miséria todas as pessoas que exercem o comércio urbano. Por sua resolução, os mercados ao ar livre vão ser extintos, o que quer dizer que vão ser lançadas à fome algumas centenas de pessoas.

Mas é que a comissão administrativa do município não se queda por aqui. Vai mais longe. Por sua deliberação foram proibidas de exercerem o seu comércio em volta da Praça da Figueira aquelas pobres criaturas que vimos ali diariamente lutando pela vida.

A edilidade militar não curou de saber que entre essas vendedeiras há mulheres que há mais de uma trintena de anos exercem ali o seu comércio, com o produto do qual se mantêm e aos seus. E acrescenta:

Se essa inspecção se realizou foi feita em condições tais que ainda mais comprometem os funcionários daquele estabelecimento.

Vem a propósito, prossegue o nosso interlocutor, dizer que a sindicância aos actos dos funcionários superiores do Matadouro Municipal que servia à data da nomeação da actual comissão administrativa do município.

Continuando diz que a sua Federação continuará requisitando o expediente confidencial, mas retirar os seus delegados ao Conselho, se este documento não for votado, pois não quer colaborar na destruição da organização. A sua futura atitude depende da orientação que lhe for demarcada pelos sindicatos aderentes.

A Federação Rural estava representada directamente por Vital José. Constitui-se a mesma que fica composta por José Miranda, presidente; Manuel Nunes e Henrique Firmino, 1.º e 2.º secretários. O presidente declara aberta a sessão explicando os motivos que a originaram: A discussão é estéril e prejudicial que se tem verificado no Conselho Federal, onde, esquecendo-se os interesses da Organização se vêm perdendo um tempo precioso em acusações e insultos.

Procuramos encontrar uma solução que arume a questão. Não pretendemos impor as nossas resoluções; elas serão enviadas aos organismos da província que aqui não estão

que se pronunciem. Lá a moção da C. Civil que já publicamos.

Continuando diz que a sua Federação continuará requisitando o expediente confidencial, mas retirar os seus delegados ao Conselho, se este documento não for votado, pois não quer colaborar na destruição da organização. A sua futura atitude depende da orientação que lhe for demarcada pelos sindicatos aderentes.

O critério da Federação da Construção Civil

João Miranda discorda da moção da Federação Mobiliária, por não fazer sentido que os delegados que não tomaram parte na contenda não possam fazer parte do novo Conselho. Apresenta o seguinte documento:

"Propõe-se para que seja nomeada uma comissão de elementos confederados, mas não delegados à C. G. T. os quais procederão a um inquérito aos delegados da C. G. T. que imutuamente se acusam de verificar a veracidade das acusações formuladas, devendo sobre tal fazer um desenvolvido parecer que será entregue à comissão nomeada para gerir provisoriamente os destinos da C. G. T. que, por sua vez, o juntará ao relatório a entregar ao novo Conselho Federal."

Continuando diz que a sua Federação continuará requisitando o expediente confidencial, mas retirar os seus delegados ao Conselho, se este documento não for votado, pois não quer colaborar na destruição da organização. A sua futura atitude depende da orientação que lhe for demarcada pelos sindicatos aderentes.

António Costa, da F. do Livro e do Jornal, não aceita a dissolução do conselho. Aceita a demissão de Arranha e M. J. de Sousa e propõe a eliminação do cargo de director do jornal, visto dar motivo a questões. Achava mais lógico um apelo aos organismos para que substituíssem os delegados.

António Costa, da F. do Livro e do Jornal, não aceita a dissolução do conselho. Aceita a demissão de Arranha e M. J. de Sousa e propõe a eliminação do cargo de director do jornal, visto dar motivo a questões. Achava mais lógico um apelo aos organismos para que substituíssem os delegados.

João Almeida diz que as Federações e Unões podem dissolver o conselho porque estão em maioria; refere-se aos delegados que passam o tempo a fazer discursos e discorda da opinião de António Costa quanto ao cargo de director do jornal. Concorda com a moção da C. Civil.

Manuel Nunes diz que a sua Federação não pretende impor os seus pontos de vista. O seu documento é que os delegados ao conselho é preciso que eles não se tenham bem desempenhado da sua missão, tendo que não procederam assim. Entende que a ser um delegado substituído, devem ser todos e por isso está de acordo com a moção da F. Mobiliária.

António Costa, da F. do Livro e do Jornal, não aceita a dissolução do conselho. Aceita a demissão de Arranha e M. J. de Sousa e propõe a eliminação do cargo de director do jornal, visto dar motivo a questões. Achava mais lógico um apelo aos organismos para que substituíssem os delegados.

Artur Aleixo, da F. S. T. de Lisboa, é de mesma opinião.

Manuel Caetano requer a votação da proposta, com prejuízo dos oradores inscritos. E' aprovado sendo rejeitada a proposta de Tavares Adão.

Manuel Nunes defende e justifica largamente a moção da F. Mobiliária.

Tavares Adão declara que a F. Vinicola está plenamente identificada com a moção da C. G. T.

Domingos Gonçalves, da C. S. T. de Lisboa, diz que o organismo que representa não votava na C. G. T. mas votará aqui.

Acha lógica esta reunião, visto não se poder manter a actual situação do conselho.

Pratas de Sousa, da F. Metalúrgica, opta pela moção dos mobiliários mas entende que se deve exceptuar as Federações Rural e Textil, porque não têm outros delegados e os actuais não tomaram parte na contenda.

Vital José, da F. Rural, declara que nada conhecia da questão. Pelo que ouviu agora que alguma coisa ficou sabendo. Reconhece que isto é o choque de questões pessoais. A comissão administrativa da sua Federação optava em princípio pela moção da C. Civil, porém agora mais conhecedor da questão e porque só agora tomou conhecimento da moção da F. Mobiliária, opta por esta, por haver facilidade da p. em prática, pois só a corta o mal pela raiz.

Não havendo possibilidades, entende que Arranha e M. J. de Sousa devem ser substituídos ficando a direcção do jornal a cargo

NOTÍCIAS DO ESTRANGEIRO

O estado de espírito do povo francês apenas denota indiferença em face da crise burguesa

A crise que convulsa a República burguesa de França entrou agora numa fase de letargia. Poincaré, o nacionalista dogmático, reacionário imperialista, deu uma injeção de morfina com a sua bem dissimulada ditadura.

O Parlamento abdicou da sua autoridade e deixou-se manter por um governo que elevou uma máscara constitucional. Logo, os reacionários clamaram a utilidade das ditaduras governamentais, a inutilidade do Parlamento.

Contudo, a incompetência parlamentar é um aspecto da impotência capitalista e burguesa para lutar contra as crises da sociedade. E a burguesia francesa está-se ganhando lentamente, contagando, por arbitrariedade de factores, todas as classes que produzem e vivem unicamente do seu trabalho.

A crise burguesa decorre em meio da indiferença popular, e este facto tem impressionado o estrangeiro observador. As manifestações xenófobas não foram mais que actos brutais de mesquinhos patriotes.

As classes populares não se interessam pelas reparações, elvas, dificuldades, coisas que só afectam a vida do burguês e do capitalista, que supõem, por refinado egoísmo, que os contribuintes e os trabalhadores devem tirar os seus explodidores de sérias dificuldades, que elas próprias criaram com as suas ambicções. Os problemas financeiros são absurdos em face do espírito colectivo.

E o burguês, acobardou-se diante da indiferença e da apatia do povo; os parlamentares sofreram igualmente de cobardia em face dos clamores populares; a nação arriava-se, pendente para a catástrofe.

A burguesia deu em presentir, sem visão alguma dos fenômenos sociais, um gravíssimo e iminente acto revolucionário de um partido que, em verdadeira se diga, se tem mostrado deveras aguerrido, por imenso da consciência popular.

Mas a desgraça para a burguesia — na França, como por toda a parte — é que o seu poder vai declinando sobre a indiferença geral. Nenhum acontecimento grave se avizinha. O povo só sentirá a realidade quando a águia lhe chegar à boca. Nesse momento, a sua cólera será horrível, ao mesmo tempo que se tornará irremediável o desastre da burguesia.

Em França, a vida é cara — mas vive-se... Tudo está muito caro — mas compra-se... E todos se divertem e se alimentam — a seu modo... Só o governo se queixa — mas vai pagando ao americano impassível...

Os reacionários mexicanos
O diabo governamental continua affligindo os católicos

LONDRES, 4. — Dizem do México que os fiéis se recusaram a abandonar a igreja

do Comitê. Não concorda com o inquérito; que se ponha uma pedra sobre o assunto e que nenhuma se lhe mexa, trabalhando-se para o desenvolvimento da Organização. Não houve dinheiro para fazer o livro dos trabalhos apresentados na conferência dos secretários gerais de Federações, mas houve-o para estragar em reuniões absolutamente inuteis como têm sido as do Conselho.

Uma moção do delegado da Federação Vinícola

Tavares Adão, da F. Vinícola, apresenta a seguinte moção de ordem:

«Aprendendo a que os delegados que assistem à reunião convocada pelas Federações da C. Civil, Metalúrgica, Vinícola e Mobiliária estão assistidos de um mandato legítimo e integral nas prerrogativas sindicais de que os reivestiram os seus organismos, os mesmos, aqui reúnidos, mantendo a disciplina sindical, deliberam dar um carácter legal e colectivo às suas deliberações, aceitando a matéria contida na moção da C. Civil.»

E admitida.

Silva Campos lê a parte do estatuto a que Nunes se refere dizendo que ele se refere às secções da C. G. T. e que não tem relação nenhuma com este caso. Esta maioria que está presente não constitui maioria de facto porque não está a minoria e porque as resoluções a tomar ainda não para transmitem à restante organização. Não é aceitável a dissolução do Conselho. Pergunta se amanhã houver organismos que não queiram substituir os delegados se eles serão expulsos da C. G. T.

Antônio Marcellino, da F. Rular, entende que só devem substituir os delegados os organismos que o possam fazer. Concorda com a moção dos mobiliários se houver facilidade de a pôr em prática.

Faustino Ferreira, da F. Vinícola, espera que aqui se tomem resoluções. Se tal não suceder a sua federação está disposta a convocar um comício público onde expor os escândalos ocorridos na C. G. T.

Procede-se à votação da moção de ordem, eliminando-se a parte que se refere ao documento da C. Civil sendo aprovada.

A Federação de Calçado, Couros e Peles apresentou o seguinte alvitre:

A substituição de todos os delegados do Conselho Confederal, mas até que esse facto se verifique o comitê confederal ficará gerindo os destinos da C. G. T.

Vota-se o n.º 1 da moção da C. Civil.

E aprovado o n.º 1 que é o seguinte:

«Propor aos organismos representados na C. G. T. a imediata substituição dos seus delegados.

Põe-se à votação o n.º 2 da C. Civil juntamente com os n.ºs 3, 4, 5, 6 e 7 da moção da F. Mobiliária. Devido, porém, ao adiamento da hora suspende-se a sessão, para continuar no dia seguinte.

Devido à abundância de original, só amanhã poderemos publicar o extracto da segunda sessão.

“Educação Social”
Revista de pedagogia e sociologia
Dirigida pelo prof. dr. ADOLFO LIMA
Publicada mensal

Redacção e administração — Empresa Literária Fluminense, Límit. — R. dos Reatores, 125 — LISBOA.

A. Venda na administração de “A Eatalha”.

LER E ASSINAR

“Os Mistérios do Povo”

Mais uma infâmia de um senhorio sem escrúpulos

Mais uma proesa de um senhorio. Chama-se ele César Rodrigues. O caso passou-se na rua Penha de França, 106, 2.º D., e a vítima foi João Baptista Geão, um velhote carpinteiro que ali habitava há 22 anos, com a esposa e a enteada, ambas já falecidas.

Por morte da sua companheira, Maria Rosa Lisboa, em nome de quem estava a casa, passou esta para nome da filha Maria Mercês Lisboa, enteada de Baptista Geão. O senhorio quis aproveitar o falecimento da inquilina para pôr a família na rua. Intentou ação de despejo que não se realizou até ontem. Mas, a negra infelicidade que vem persegundo o pobre carpinteiro, Iaz com que morte lhe levasse a enteada no dia 17 do mês passado. O senhorio, a pesar de não haver decisão do tribunal a seu favor, apresentou-se ontem de manhã acompanhado de vários polícias e quatro oficiais de diligências e pôs na rua os trastes do inquilino, mudando-lhe a fechadura da porta para que não mais pudesse entrar.

Cometeu-se destas infâmias numa capital que se diz civilizada e com a cumplicidade das próprias autoridades!

Teatro da Trindade

Telef. T. 976

HOJE a hilariante comédia

O homem das 5 horas

Protagonista:

Eulilia Simões

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

PARIS, 4. — Segundo o «Paris-Midi», há alguns dias já que o Banco de França trabalha na constituição duma massa de manobras que poderá tornar-se, dentro de poucas semanas, uma massa de estabilização, evitando assim o auxílio de empréstimos externos. (H.).

Na Inglaterra disfarça-se a “pobreza” por vergonha

LONDRES, 4. — Uma sessão da Câmara dos Comuns terminou por um apelo do sr. Chamberlain para que se mantivesse as relações amigáveis existentes entre a Inglaterra e os Estados Unidos, sendo em seguida interrompidos os trabalhos parlamentares até 9 de novembro. Em seguida entrou-se no debate a propósito da controvérsia entre os jornais americanos e ingleses, acerca das declarações dos srs. Mellon e Churchill sobre a utilização dos créditos americanos. O sr. Chamberlain declarou considerar incompatíveis com a honra e a dignidade lamentar o acordo feito sobre a dívida aos Estados Unidos e pedir a sua revisão. (H.).

OS DESPEDIMENTOS

Uma nota dos Funcionários do Município de Lisboa

O Grémio dos Funcionários do Município de Lisboa, depois de haver apresentado a actual Comissão Administrativa do Município uma série de medidas que viriam beneficiar em alguns milhares de contos o orçamento municipal, sem prejudicar os funcionários que não auferem outros proveitos do que aqueles que lhes são dados pelo Município em troca dos seus serviços, protesta contra as demissões ou licenças que não obedecam ao critério por este Grémio apresentado ao ex.º presidente da Comissão Administrativa, por verificar que outra solução será anti-humana, e lesiva para os próprios serviços municipais.

A título de esclarecimento, o Grémio informa que pelo artigo 364º do Código Administrativo e pela reorganização de serviços de 14 de Março de 1923, são concedidos em cada ano 30 dias de licença com vencimentos aos funcionários que os requerem, os quais, só depois de informados da dada dos chefes, e do despacho favorável da Comissão Executiva, ou Comissão Administrativa.

E admitida.

Silva Campos lê a parte do estatuto a que Nunes se refere dizendo que ele se refere às secções da C. G. T. e que não tem relação nenhuma com este caso. Esta maioria que está presente não constitui maioria de facto porque não está a minoria e porque as resoluções a tomar ainda não para transmitem à restante organização. Não é aceitável a dissolução do Conselho. Pergunta se amanhã houver organismos que não queiram substituir os delegados se eles serão expulsos da C. G. T.

Antônio Marcellino, da F. Rular, entende que só devem substituir os delegados os organismos que o possam fazer. Concorda com a moção dos mobiliários se houver facilidade de a pôr em prática.

Faustino Ferreira, da F. Vinícola, espera que aqui se tomem resoluções. Se tal não suceder a sua federação está disposta a convocar um comício público onde expor os escândalos ocorridos na C. G. T.

Procede-se à votação da moção de ordem, eliminando-se a parte que se refere ao documento da C. Civil sendo aprovada.

A Federação de Calçado, Couros e Peles apresentou o seguinte alvitre:

A substituição de todos os delegados do Conselho Confederal, mas até que esse facto se verifique o comitê confederal ficará gerindo os destinos da C. G. T.

Vota-se o n.º 1 da moção da C. Civil.

E aprovado o n.º 1 que é o seguinte:

«Propor aos organismos representados na C. G. T. a imediata substituição dos seus delegados.

Põe-se à votação o n.º 2 da C. Civil juntamente com os n.ºs 3, 4, 5, 6 e 7 da moção da F. Mobiliária. Devido, porém, ao adiamento da hora suspende-se a sessão, para continuar no dia seguinte.

Devido à abundância de original, só amanhã poderemos publicar o extracto da segunda sessão.

“Educação Social”
Revista de pedagogia e sociologia
Dirigida pelo prof. dr. ADOLFO LIMA
Publicada mensal

Redacção e administração — Empresa Literária Fluminense, Límit. — R. dos Reatores, 125 — LISBOA.

A. Venda na administração de “A Eatalha”.

LER E ASSINAR

“Os Mistérios do Povo”

“TIVOLI”

Telefone II. 5474

Matinée às 3 h. — Soirée às 9 h.

Um casamento à americana

Comédia em oito partes, com OSSIE OSWALD

Uma aliança perigosa

(Cinco partes). Tradução francesa, com DOROTHY DAVIS no principal papel

UM DOCUMENTÁRIO

NO REINO DO AR

Bonecos desenhados por J. R. BRAY

“A BATALHA”

no Funchal vende-se

No Bureau de La Presse

“A BATALHA”

MARCO POSTAL

Seda—Associação dos Rurais—Recebe-se \$50. Assinatura paga até 31 do corrente.

Porto—Sindicato Único Metalúrgico—Recebemos 5700. Ficou paga a assinatura até 30 de junho de 1925.

Vale de Cavalo—José dos Santos—Recebemos 6\$00. Assinatura paga até 31 de outubro p. f.

AGENDA

CALENDARIO DE AGOSTO

S.	6	13	20	27	HOJE O SOL
S.	7	14	21	28	Aparece às 5,41
D.	8	15	22	29	Desaparece às 19,43
S.	9	16	23	30	
T.	10	17	24	31	FASES DA LUA
Q.	11	18	25		L. N. dia 8 às 13,49 Q. C. * 16 * 16,59 C. * 23 * 12,38 Q. M. * 30 * 4,40
Q.	12	19	26		

CAMBIOS

Paises	Compra	Venda
Sobre Londres, cheque	94\$75	
Madrid cheque	298\$5	
Paris, cheque...	57	
Suica, "	378\$5	
Bruxelas cheque	57	
New-York, "	1055	
Amsterdão "	7584	
Itália, cheque...	66	
Brasil, "	3500	
Praga, "	558	
Suécia, cheque	5524	
Austria, cheque	2577	
Berlim, "	4566	

ESPECTACULOS

TEATROS

Teatro São João—A's 21,22 e 23,24—O Pô de Arroz
Teatro São Vicente (à Graça)—Espectáculos as 3,4,
sábados e domingos com entranças.

Teatro Turque—Todas as noites. Concertos: di-
versos.

CINEMAS

Teatro Olympia—Central—Condes—Chiado Ter-
ras—Ideal—Aero Bandeira—Promotora—Esperança
—Terceiro—Cine Paraiso.

A GRANDE BAIXA
DE CALÇADO

SÓ COM O LUCRO DE 10%.

NA SAPATARIA SOCIAL OPERARIA

Sapatos para senhora... 33,33
Sapatos em verniz... 38,33
Sapatos pretos (grande saído)... 48,33
Sapatos brancos (salão)... 28,33
Gomatos saídos de botas pretas... 48,33
Sapatos de couro para homens... 48,33

Não confundir a SOCIAL OPERARIA com a
que sólido é a encosta bona barata.
A Social Operaria e narra dos Cavaleiros,
18-26, com Fuias na mesmaria, n.º 45.

Menstruação
Aparece rapidamente seja qual for a causa tomando o
FERREOL
Não prejudica a saúde. Caixa 15\$00.
Envia-se pelo correio à cobrança.
FARMACIA CUNHA
R. da Escola Politécnica 10 e 18
LISBOA

SABONETES

As melhores marcas conhecidas, e à venda em todos os bons estabeleci-
mentos, são:

• Jacobus, "Amorsinho",
"Optimus"
e os milagrosos
• Nossa Senhora de Fátima.
DEPÓSITO GERAL:

Sociedade de Produtos
Químicos, Limit.
Campo das Cebolas, 43, 1.º—LISBOA

ASSINHEM Os mistérios do Povo

5.8.1926
OS MISTERIOS DO Povo
tudo quanto estes podem dar. A média é, pouco mais ou menos, de duzentos e cinquenta a trezentas mil libras por ano, isto é, mais dum terço a mais do que no tempo do pai... e contudo, meu sobrinho vê-se às vezes obrigado a recorrer a empréstimos; daí que se deduz que, se o rei, cmo formalmente nos prometeu o duque de Chateauvieux, conceder a meu sobrinho, logo depois do casamento, a embaixada de Espanha, só a herança de Morincourt daria ao conde os meios necessários para representar dignamente em Madrid o seu real amo e senhor.

—De certo que esse resultado é muito para desejar, e que o casamento de que falais, querida marquesa, é maravilhosamente oportuno. Mas vós bem sabeis a condição imposta para que ele se realize... condição que nos traz enormes dificuldades.

—Sim, o duque de Chateauvieux... um duque da última hora—e, aqui para nós, de bem baixa condição, pois que o bisavô dele não passava de ser um simples criado de servir—o duque de Chateauvieux, ia eu dizendo, a-pesar da sua influência para com o rei e do seu título de duque, sente, como uma lacuna, a tirar-lhe brilho à nobreza, a falta dum nascimento ilustre... E, para fazer resplandecer a sua descendência com o brilho duma casa tão antiga e tão ilustre como a nossa, ele impõe como condição para consentir no casamento da filha com meu sobrinho Raúl, que Berta se decide a casar com o marquês. Ora ai está a razão porque Raúl e eu estamos agora, por assim dizer, na dependência de Berta... Compreendeis, em vista disso, o motivo por que lhe toleramos as loucuras.

—Muito bem, marquesa! mas sabeis o que eu de-
duzo de toda esta conversa em que, como eu des-
java, passámos em revista todos os factos que se têm
dado depois da nossa viagem à Holanda?

—Fafai, abade, que eu estou pronto a ouvir-vos. Comunicai-me os vossos pensamentos.

Há de suceder com o casamento de Berta com o sr. de Chateauvieux exatamente o mesmo que suce-

FATOS
completos e
sobretudos

em bom cheviote, com bons
forros e bom acabamento,
para homem, desde

129\$00

Calças desde 35\$00

Grande sortido de fatos e sobre-
tudos, feitos e por medida

Abatimentos para revenda

170, Rua da Boa Vista, 172

Policlínica da Rua do Ouro

Entrada: RUA DO CARMO, 98

TELEFONE N. 5353

Medicina, coração e pulmões—Dr. Armando Nar-
ciso—A's 5 horas.

Cirurgia, operações—Dr. Bernardo Vilar—Horas

Rima, vias urinárias—Dr. Miguel Magalhães—10

horas.

Pele e sifilis—Dr. Correia Figueiredo—11 e às

5 horas.

Doenças nervosas, electroterapia—Dr. R. Loff-

Doenças dos olhos—Dr. Mário de Matos—2 horas.

Garganta, nariz e ouvidos—Dr. Mário Oliveira—

12 horas.

Estômagos e intestinos—Dr. Mendes Belo—3 ho-
ras.

Doenças das senhoras—Dr. Emílio Paiva—2 horas.

Doenças das crianças—Dr. Filipe Manso—12 ho-
ras.

Tratamento de diabetes—Dr. Ernesto Roma—5

horas.

Boca dentes—Dr. Armando Lima—10 horas.

Côco e rádio—Dr. Cabral de Melo—4 horas.

Rádio—Dr. Azevedo Saldiva—4 horas.

Análises—Dr. Gabriele Beato—4 horas.

NAO SOFRAM MAIS!

ESTE SEGURO IMPÕE-SE A
TODOS OS TRABALHADORES

Todo o operário ou trabalhador por 33 CENTAVOS POR DIA ga-
rantido aos seus, em caso de morte, um capital de ESC. 5.000\$00 pago imedi-
atamente. Se economizar 58 CENTAVOS POR DIA DURANTE 30 ANOS

garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MEN-
SAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famí-
lias e para com vós mesmos, segurando-vos em

A MUNDIAL

Companhia de Seguros

Sociedade Anónima
de Responsabilidade Limitada

IMPORTE:

Mediante um ligeiro sobre-prémio,

A MUNDIAL pôr-vos-há a abrigo da

DOENÇA E INVALIDEZ

O AUTOMÓVEL SÓ ERA
ACESSIVEL AOS RICOSA Cooperativa Lisbonense
de Chauffeurs

PROLETARIZOU-O

Por isso, as classes trabalhado-
ras têm o dever de preferir o
taxis "Citroën" (palhinha ama-
rela) a qualquer outro

Telefones: Norte 5521 e 5528

Escritório e Garage: Rua Almirante Barroso, 21

Fábrica de Malas, Carteiras e Artigos de Viagem
DE JOAQUIM PEREIRA MONTEIRO

Rua da Cruz da Carreira, n.º 43

Estabelecimentos para venda ao público:

Praça José Fontana, n.ºs 11 e II-A

Avenida Casal Ribeiro, n.ºs 45 e 47

LISBOA

Telefone N. 5.347

CONSELHO TÉCNICO
DA CONSTRUÇÃO CIVIL

que encarrega-se da execução de

todos os trabalhos que digam res-
peito à sua indústria, tais como:edificações, reparações, limpe-
zas, construção de fornos em to-
dos os géneros, jazigos em todosos géneros, fogões de sala, xa-
dréis, frentes para estabelecimentos

e todos os trabalhos em cantarias

e marmoraria de todas as pro-
veniências.

DEPOSITOS:

LISBOA, R. DA PRATA, 237, I.

A CURA DAS DOENÇAS PELAS

PLANTAS, livro útil às boas donas de

casa. Preço 2500; pelo correio, 25\$0.

Pedidos à administração de A Batalha.

Escrítorio:

Calçada do Combro, 38-A, 2.º

"A Batalha" vende-se em tódas

as tabacarias

Um livro interessante

Acaba de ser posto à venda

uma bela obra de

RICARDO MELLA, IDEARIO

que consta dum volume de 336 páginas dividido

nos seguintes capítulos:

Doctrina — Crítica Social — Educação

Libertária — Tática — Evolução e

Revolution — Violência — Liberdade e

Ação — Ideias — Iconoclastas — Moral

Temas sociológicos — Pedagogia —

Vida Espanhola — Homens Represen-
tativos — Trabalhos Polemicos — Le-
cturas — Fragmento Inédito.

Preço 15\$00 — Pelo correio 16\$50

Pedidos à Administração de A Batalha.

Um grande feito

de organização te-
nida a 1923, que

não se havia visto

A BATALHA

LUTA DE CLASSES

O Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa entregou ao ministro do Interior uma interessante exposição sobre horário de trabalho

Foi entregue pessoalmente ao ministro do Interior, como ontrem referimos, uma representação do Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria reclamando contra a abusiva tentativa de aniquilamento do horário de trabalho efectuado pelas associações «fórcas vivas».

Por se tratar dum documento em que são expostas com nitidez algumas das mais importantes razões que militam em defesa dum a deus das maiores regalias das classes trabalhadoras, passamos a reproduzir na íntegra, o referido documento:

«Sabemos, pela leitura dos jornais e por outros factos que são do conhecimento geral, que as classes patronais pretendem que a lei do horário de trabalho seja cancelada, a fim de poderem exigir dos seus empregados o maior número de horas de labor.

O Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa, em nome do qual, tomamos a liberdade de endereçar a presente, permitindo-nos fazer, quanto a tal pretensão, as considerações que elas requerem, por este meio, pedir V. S. que digne fixar a sua atenção sobre as razões que levam este Sindicato a não poder estar de acordo com os desejos do patronato, não exclusivamente, como se antolharia a qualquer, porque os interesses dos trabalhadores e os das classes patronais sejam antitéticos como são (o que poderia, talvez, implicar ainda uma injustiça na atitude deste Sindicato em face da pretensão dos patrões) mas porque, a efectivar-se a derrogação da citada lei, constituiria semelhante medida um erro económico gravíssimo, além dum iniquidade social que nenhum governo quer de certo cometer.

Não são afirmações aéreas as que acabamos de fazer; como passámos a demonstrar, sem pruvidos estudos de alardear ciência que não possuímos, mas apenas impulsionados pelo desejo de pugnar pela razão e de evitar um injustiça.

Abalançamo-nos a semelhante empresa, socorrendo-nos das opiniões de mentalidades autorizadas pelo seu saber e competência.

Não estão essas mentalidades em nosso campo, pois pertencem mais ou menos às classes privilegiadas; porém, rectas na critica que fizemos aos fenômenos sociológicos e respeitadoras da verdade, essa circunstância lhes dá, mesmo, maior autoridade moral.

Leroy-Bouillet, no seu «Traité Théorique et Pratique d'Economie Politique», diz a propósito da jornada de trabalho o seguinte textualmente:

«On a vu des journées de douze, treize, quatorze heures, régime à coup sûr extra-vagant et barbare.»

O sublinhado é nosso.

O inspetor em chefe do trabalho na Inglaterra diz no seu relatório (Annual Report of the Chief Inspector of Factories and Workshops for the Year 1919, pag. 89, Londres 1920) o que traduzimos:

«Se se examinarem agora os efeitos da modificação do horário sobre a exactidão e assiduidade dos operários (embora reconheçamos que a pontualidade depende largamente do carácter individual, da organização do trabalho, da atmosfera moral da fábrica e da disciplina que aí se mantém) não é para admirar saber que a supressão do trabalho efectuado antes do primeiro almoço, teve como consequência uma maior pontualidade nas horas de chegada à fábrica.

Por outro lado a redução da jornada de trabalho, teve como resultado diminuir a frequência das faltas por doença ou outra causa.

Nunca estabelecimento importante, o número médio de operários ausentes era, há alguns anos, de 40 por dia. Actualmente, com uma semana de quarenta e quatro horas, a média desceu para dez por dia.

Segundo esse mesmo relatório, constatou-se que, com a redução da jornada, não só os casos de doença são menos frequentes, mas as faltas por diversos motivos são muito menos numerosas.

O inquérito francês sobre a adaptação das condições da produção e de labor à jornada das 8 horas fornece-nos as indicações seguintes:

«A duração do trabalho foi prolongada só durante o mês de Dezembro de 1923, sendo efectuada uma hora suplementar para todo o pessoal. Não se constatou nenhuma melhoria no rendimento do pessoal nem diminuição alguma no preço por que saía a mercadoria em comparação com os outros meses.»

Em 1924, durante os meses de Fevereiro, Março, Maio, Junho e Julho, tendo-se passado rigorosamente em prática o dia de 8 horas de trabalho, constatou-se que o rendimento do pessoal foi superior ao do mês de Dezembro de 1923 com a jornada de 9 horas.

Os preços por que saíram os produtos durante estes cinco meses foram inferiores aos do mês citado. (Vide: «Bulletin do Ministério do Trabalho», meses de Julho, Agosto, Setembro de 1924, pag. 22).

De resto, no já mencionado relatório inglês se afirma que: «a redução de horas de trabalho teve um efeito salutar para os operários.» E ainda: «que tal melhoria foi talvez das mais benéficas recentemente trazidas das condições industriais. E mais: que o trabalho prolongado impedia o desenvolvimento físcio dos operários adolescentes.»

Todo o sublinhado antecedente bem como o que vai a seguir-se é nosso.

Mas vejamos também o que nos diz o inquérito feitos nos Estados Unidos da América sobre o mesmo assunto, em 1917:

«O papel importante da fábrica como causa de acidentes é demonstrado pelo facto de tais acidentes se acreditarem exactamente quando a capacidade de trabalho do operário atinge o seu mínimo; o que se produz em particular:

1.º Na segunda metade do período de trabalho comparada com a primeira;

2.º No trabalho muscular comparado com o que só exige destreza e no trabalho efectuado à máquina;

Os marítimos de Faro reclamam várias medidas tendentes a acabar com a crise das classes pescatórias

FARO, 3.—Realizou-se uma importante sessão magna dos Marítimos, na qual foram apreciados certos factores determinantes da lei da pesca e certas anomalias da parte de alguns marítimos, as quais são prejudiciais aos mesmos e ao público em geral.

A sessão foi presidida pelo secretário geral da U. S. O. Nesta também tomaram parte Francisco Xavier Pereira Júnior e Manuel R. da Silva, pela comissão reorganizadora dos Sindicatos.

«Dada a intensa crise de falta de trabalho actualmente afigurando as classes proletárias; quando há milhares de trabalhadores sem terem onde ocupar, utilmente, os seus esforços; porque razão em vez de se reduzir se ha de aumentar o número de horas de trabalho?»

O aumento da jornada de trabalho traz como consequência, por uma parte, o fazer crescer cada vez mais a falange dos desempregados; e, por outra, o aumentar o extenuamento do pequeno número que, por acaso, ainda tem onde exercer a sua actividade. EconOMICAMENTE, é a ruína; não só nessa medida dão origem aos inconvenientes de que os relativos atrasos citados fazem menção, como por semelhante processo cada vez se torna menor o poder de compra dos proletários por quanto a massa dos trabalhos tornando-se de dia para dia maior, ipso facto faz crescer para elas a impossibilidade de comprar a par e passo que o reduzido número dos que ainda trabalham não basta para compensar a falta de saída dos produtos.

Depois de largamente discutida, foi aprovada a referida moção, a qual foi presente pelo marítimo Bernardo da Luz Morgado. A moção é do seguinte teor:

«Considerando: que há tempos a esta parte se têm verificado abusos na ria de Faro, os quais só demonstram inconsciência ou egoísmo da parte de quem os praticava;

Considerando que este procedimento não só tem prejudicado a ria de Faro, como também provoca a miséria em milhares de trabalhadores;

que, os principais factores destas anomalias, são as tapadas, as quais prejudicam os marítimos de todos os ramos de pesca, como impedem a passagem de embarcações e causa o assoreamento dos esteiros, regatos e até das próprias barras;

que, se apañham as criações para nas mesmas se deitarem, sucedendo assim que chegado o inverno não só a classe marítima sente a sua falta, como as classes terrestres, que querem comer peixe e não o têm, visto que este está monopolizado nas referidas tapadas;

que, há ainda um outro mal, que é os tapateiros, que, por inconsciência, deixam morrer grande parte da criação;

que, apanhada de morraria estraga os pranchais pelo motivo de o carreiro confundir que faz adoperar o lodo e o mesmo deixa de dar marisco e ate peixe;

que, o uso de lavar a morraria dentro dos pegas não só deixa os mesmos sujos, como apodrece e deixa também de dar marisco e peixe de toda a qualidade;

que, os possuidores de grandes áreas de terreno, não só têm apanhado terrenos que dão produto, como estão constantemente a arrancar a seba, a qual é o agasalho do peixe;

que, sobre estes abusos têm várias comissões de marítimos reclamado junto das autoridades marítimas de Faro, as quais não têm sido atendidas devidamente;

A classe marítima de Faro, reunida em assembleia magna, resolveu reclamar junto das autoridades marítimas, o seguinte:

1.º Acabar com as tapadas, visto as mesmas serem prejudiciais a toda a classe marítima;

2.º Proibir os tapateiros nas praias de terra firme, durante os meses de Maio, Junho e Julho, assim como as rodinhas e a pesca de todo o peixe que tem ovo;

3.º Acabar com a apanha de algas nos pranchais e lavagem das mesmas nos pegas e pequenos regatos;

4.º Acabar com as mulheres e crianças de 8 e 10 anos na Japanha de marisco, pelo motivo destas não serem profissionais e estragarem o terreno;

5.º Acabar com o abuso do apanhamento dos terrenos que dão produto e reclamando a necessária fiscalização e não permitir o arranque da seba;

6.º Nomear um delegado, que, em nome dos marítimos e junto dos elementos da federação, reclame junto do ministro da Marinha, pela satisfação desta reclamação.

Foi nomeado delegado o camarada Manuel Marrão.

AGREMIAÇÕES VARIAS

Vendedores Ambulantes—Reúne hoje extraordinariamente, pelas 21 horas, para apreciar a liberdade de comércio no perímetro da Baixa, bem como o novo regime das licenças.

Horário de trabalho

As disposições legais

A secção editorial de A Batalha acaba de editar o seu 8.º decreto sobre o horário de trabalho, e responde ao regimento publicado no Diário do Governo de 20 de Maio sobre o horário de trabalho, sendo o seu preço aviso de 5\$.

Aos sindicatos que desejem adquirir quantidades, far-se-á um aberto de 50 por cento em pécies de 50 folhas.

Pedidos à administração de A Batalha

Congresso Pedagógico

O Congresso Pedagógico efectua-se nos dias 8, 9, 10 e 11 do corrente no edifício da Escola Académica. Setecentos congressistas estão já inscritos, contando-se que até ao próximo domingo este número se elevará a mil.

A exposição de trabalhos manuais de quasi todas as escolas do país, deve resultar brilhantemente, havendo trabalhos dum alto valor pedagógico.

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, que havia deliberado não conceder bonus, acaba de comunicar à União do Professorado que concede validade em bilhetes de ida e volta aos congressistas, a começar em 7 e a terminar em 13 do corrente, o que representa também um bonus.

Este soberbo dr. que se supõe um grande técnico, está muito aquém do Jacinto Rato, que com seus moços de pau faz mais, muito mais.

O governo deve demitir este grande quimico, de sala perfumada, de logares quietos e românticos.

Na Marinha Grande há quem faça mais a dormir.

Vão à Fábrica Marquês de Pombal ou à

Os operários do município estão sendo vítimas de uma violência sem justificação possível



Na Marinha Grande

O director da Fábrica Nacional de Vidros descura os deveres do seu cargo, comprometendo o futuro do importante estabelecimento fabril

Desinteligências entre os directores da Industrial Portuguesa, não nos mandam homens dêstes, que se desprezam de acompanhar com os operários, homens dêstes que servem para receber o fim do mês a módica quantia de 1.500\$00!

Mas isto é infundável e nós queremos terminar porque o espaço escasseia.

Despediu hoje o guarda-livros.

E porque o fez?

Porque o operariado da Fábrica reconhece a esse empregado valor, incita-o a que continue na sua obra de resgate. Todos os operários que interrogámos, afirmam por este dia.

Pode ser contudo que por algumas oficinas se encontrem raposas velhas, que defendam a obra demolidora do dr. Calazans.

Mas êsas são dignas do nosso desprezo, porque não têm qualificação aquele indivíduo que endeuado por cantos de sereia, se deixa conduzir para a miséria pulando, batendo palmas de contente.

E hoje aquela Fábrica com a luta intensa travada entre um homem, incansável, um verdadeiro trabalhador, e outro que dorme quase sempre, descreve uma curva cerrada que o conduz a um despenhadeiro.

Se eai nunca mais se levantará.

E essa, receita que o dr. Calazans tem a aviar no ministério de Comércio e que consiste no pedido de extinção da comissão administrativa, deve ser atirada ao saguão com o seu autor. Operários da Nacional, periga a Fábrica que nos foi legada. Periga a miséria.

Perigam os vossos lares, periga finalmente a saída de vossos filhos. A miséria é a que despede para a cravar as unhas em vossos dorsos esqueléticos.

E nesta hora crítica, em que a Nacional escreve na sua história trágica uma das suas páginas mais negras, que a vossa atenção conviria para a necessária salvação, que está na razão direta do esforço que dispenderes para tal.

Não deixes fechar essa Fábrica, que a nossa pena humilhante defende com tanta alma!

Se o mal vem do engenheiro exigir de pronto a sua saída. Se, pelo contrário a chaga que esvazia pôs se encontra no guarda-livros fazei outre tanto.

Há que sanear, mas sanear radicalmente. Urge que vos imponesse não permitindo que o dr. Calazans zombe da vossa miséria.

Procurai as causas do actual descalabro e exigir com firmeza responsabilidades.

Mostrai igualmente ao governo as causas lamentáveis da obra de desredo empreendida pelo director dr. sr. Calazans Duarte.

E enquanto vos empeneis com essa obra, não estareis a vossa lado, auxiliando tanto quanto possível, laicizando tutufo, atacando pedantes, flagelando toiros.

Morrer sem lutar, isso não! Ao pão só tem direito quem produz!

Alves de FREITAS

História Universal do Proletariado

«Veinte siglos de opresión capitalista»

Esta publicação em língua espanhola que se encontra à venda na nossa administração, é o relato histórico, documentadíssimo e detalhado das lutas originais pela desigualdade social que, sob formas diversas e variados sistemas, perdura desde os primeiros alvares da civilização.

Cada fascículo de 48 páginas. 1\$00; pelo correio, registado, 1\$50.

Estão publicados os seguintes fascículos:

1.º—«La era de la esclavitud»;

2.º—«La rebelión de Espartaco»;

3.º—«Abolición de la esclavitud»;

4.º—«Abyección y Servidumbre»;

5.º—«La revolución de los siervos»;

6.º—«La miseria de los agricultores»;

7.º—«Transformación del Poder Feudal»;

8.º—«El comunismo cristiano»;

9.º—«Los miserables en la Edad Media»;

10.º—«La libertad ilusoria»;

11.º—«La agonía del absolutismo»;

12.º—«El imperio de la guillotina»;